

# Way Concessões S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
acompanhadas do relatório do auditor independente  
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262PH-023-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	18

## 1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da Way Concessões S.A., (“Companhia”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo

Board (IASB).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2. Informações sobre a Companhia

A Way Concessões S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 07 de outubro de 2024, com sede em São Paulo, SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimentos, em linha com o seu enquadramento como holding de instituições não financeiras. O grupo opera exclusivamente na operação de concessões rodoviárias

### Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas, como segue:

#### Estrutura do Grupo:

<b>Empresas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Participação direta</b>		
Rota da BR 262 MG S. A - Sub-holding	100%	100%
Rota da BR 153 MG-GO – Sub-holding	100%	-
<b>Participação indireta</b>	100%	100%
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S. A	100%	100%
Concessionaria Rota Sertaneja MG-GO S.A.	100%	-

### Principal atividades da Companhia

A Companhia celebrou, em 14 de fevereiro de 2025 e 27 de fevereiro de 2026, contratos de concessões de exploração rodoviária, mediante licitação pública denominados Rota Zebu e Rota Sertaneja, respectivamente. O objeto das concessões consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

No encerramento dos contratos, os trechos rodoviários administrados serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

### **Rota do Zebu – Way 262**

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Way 262”), cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG – Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055.

### **Rota Sertaneja – Way 153**

A Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. (“Way 153”), cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário composto pelas BR 153-GO, BR 153-MG e BR 262-MG, do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário BR 153-GO, trecho entre o entroncamento com a GO-29 até divisa do Estado de Minas Gerais – Ponte Sobre o Rio Paranaíba (Div. MG/GO), BR 153-GO, trecho entre a Ponte sobre o Rio Paranaíba (Div. GO-MG) até o início da Ponte sobre o Rio Grande (MG-SP) e BR 262-MG, trecho entre o entroncamento com a BR-05MG (Uberaba-MG) até o entroncamento com a BR-153 (A) (P/Pouso Alto), nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 04/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 153 MG-GO S.A. com 100% de participação.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2056.

## **3. Análise Econômico-Financeira**

A controlada por ser uma empresa concessionária de rodovias, uma das formas de acompanhar nosso desempenho operacional é através dos volumes de tráfego equivalentes gerados em nosso negócio.

### **3.1. Tráfego consolidado**

O tráfego apresentado para o período do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está representado por 4 (quatro) praças de pedágio em operação desde 21 de março de 2025 e 2 pórticos cobrança automática em operação desde 17 de novembro de 2025.

	<b>Consolidado</b>
	<b>2025</b>
<b>Segmentação do tráfego (veículos equivalentes)</b>	
Veículos leves (mil)	5.454
Veículos pesados (mil)	19.329
<b>Total</b>	<b>24.783</b>
<b>Segmentação do tráfego (veículos pagantes)</b>	
Veículos leves (mil)	5.444
Veículos pesados (mil)	3.931

### 3.2. Receita operacional

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$426.866, para o período do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Sendo 52,67% de receita de pedágio, 47,30% de receitas de construção e o restante de outras receitas.

	<b>Consolidado 2025</b>
Receitas de pedágios	224.850
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Receitas acessórias	103
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>426.866</b>
Impostos incidentes sobre serviços	(19.045)
<b>Receita líquida</b>	<b>407.821</b>

### 3.3. Principais investimentos

<b>Investimentos</b>	<b>2025</b>
Infraestrutura operacional	48.168
Obras e melhoramentos	201.813
Outros	14.245
<b>Total</b>	<b>264.226</b>

A Concessionária foi constituída em 02 de dezembro de 2024, e teve seu início operacional em 21 de março de 2025, os investimentos estão em fase inicial, serão investidos mais de R\$4 bilhões em obras e infraestrutura, a concessão trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de prestados aos usuários.

### 3.4 Emissões de debêntures

Em janeiro e setembro de 2025, foram concluídas a 1ª e 2ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, totalizando R\$ 208 milhões. As emissões foram direcionadas exclusivamente a Investidores Profissionais, no rito de registro automático da Resolução CVM nº 160/2022, e tiveram como principal objetivo financiar o aporte de capital na Concessionária Way 262, em conformidade com os requisitos contratuais estabelecidos pela ANTT.

Os recursos líquidos captados foram integralmente destinados ao aumento de capital da Concessionária, reforçando sua estrutura financeira e garantindo o cumprimento dos compromissos de investimento iniciais.

Liquidação antecipada parcial da 1ª emissão

Embora as respectivas escrituras prevejam amortização integral apenas no vencimento (2027), em 14 de outubro de 2025 a Companhia realizou pagamento antecipado parcial de R\$ 36.731 mil referentes à 1ª emissão, aproveitando a disponibilidade de caixa gerada pelas operações. Esse pagamento extraordinário não alterou as demais condições contratuais de vencimento e remuneração, consistindo apenas em redução facultativa do saldo de principal.

### **3.5 Destinação do resultado e constituição de reservas**

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com lucro líquido e, conforme deliberação dos acionistas, procedeu à destinação estatutária e legal prevista na Lei nº 6.404/76.

#### **Reserva Legal**

Foi constituída a Reserva Legal no montante de R\$ 3.031 mil, equivalente a 5% do lucro líquido, conforme determina o art. 193 da Lei das S.A., até o limite de 20% do capital social.

#### **Reserva de Lucros (Lucros Retidos)**

Considerando o estágio inicial das concessões, a elevada necessidade de investimentos nos primeiros anos e o planejamento estratégico definido pela Administração, os acionistas deliberaram pela retenção de lucros no valor de R\$ 42.037 mil, destinados ao financiamento do plano de investimentos e suporte ao capital de giro das controladas. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital aprovado, em linha com o art. 196 da Lei das S.A.

## **4. Governança Corporativa**

### **Relacionamento com os auditores independente**

Informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não prestou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quaisquer serviços que não os relacionados à auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia. A contratação dos auditores observa os requisitos de independência previstos nas normas profissionais aplicáveis, incluindo a NBC PA 290 e o Código de Ética Profissional do Contador, que vedam: (a) auditar o próprio trabalho; (b) exercer funções gerenciais; e (c) prestar serviços que possam comprometer a independência.

As informações constantes do relatório de desempenho que não estejam claramente identificadas como provenientes das demonstrações financeiras ou das informações trimestrais não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

## **5. Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes**

Em observância às disposições constantes no artigo CVM 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Way Concessões S.A., declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Uberaba, 30 de março de 2026.

Paulo Nunes Lopes  
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -  
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -  
Ribeirão Preto (SP) Brasil  
T +55 16 3103-8940  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos acionistas e administradores

**Way Concessões S.A.**

Uberaba – MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Way Concessões S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Way Concessões S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Início de operações

Conforme discutido na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 07 de outubro de 2024, tendo iniciado suas atividades operacionais em 2025. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Ausência de auditoria dos valores correspondentes apresentados para fins comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao período de 07 de outubro de 2024 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Standards Accounting Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini  
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

# Way Concessões S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	1.314	28.747	1.314
Contas a receber de clientes	7	-	-	31.428	-
Impostos a recuperar	-	1	-	1	-
Partes relacionadas	19	-	-	61	-
Despesas antecipadas	8	4.591	-	4.897	-
Adiantamentos	-	7	5.056	295	5.056
Dividendos a receber	10	14.929	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>19.530</b>	<b>6.370</b>	<b>65.429</b>	<b>6.370</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Recursos vinculados	9	-	-	4.002	-
Partes relacionadas	19	-	-	264	-
Impostos diferidos	27	-	-	2.053	-
Outros ativos	-	-	-	51	-
Direitos de uso	11	-	-	2.186	-
Investimentos	10	107.547	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	46.195	-
Intangível	13	-	-	159.526	-
Intangível em construção	14	-	-	56.149	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>107.547</b>	<b>-</b>	<b>270.426</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>127.077</b>	<b>6.370</b>	<b>335.855</b>	<b>6.370</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Way Concessões S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	15	3.032	39	11.065	39
Obrigações tributárias e sociais	16	11	24	11.746	24
Obrigações contratuais	17	-	-	625	-
Partes relacionadas	19	9	2.520	-	2.520
Passivo de arrendamentos	20	-	-	300	-
Dividendos a pagar	22	15.154	-	15.154	-
Outras obrigações	-	-	-	17	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.206</b>	<b>2.583</b>	<b>38.907</b>	<b>2.583</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Debêntures	18	-	-	176.150	-
Obrigações contratuais	17	-	-	4.002	-
Passivo de arrendamentos	20	-	-	2.073	-
Provisão manutenção	21	-	-	5.852	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188.077</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social		59.918	-	59.918	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.885	4.180	3.885	4.180
Reserva legal		3.031	-	3.031	-
Reserva de lucros		42.037	-	42.037	-
Prejuízos acumulados		-	(393)	-	(393)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>22</b>	<b>108.871</b>	<b>3.787</b>	<b>108.871</b>	<b>3.787</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>127.077</b>	<b>6.370</b>	<b>335.855</b>	<b>6.370</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Way Concessões S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período entre 07 de outubro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)
Receita operacional líquida	24	-	-	205.909	-
Receitas com construção e infraestrutura	24	-	-	201.913	-
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(66.626)	-
Custos com construção e infraestrutura	25	-	-	(201.913)	-
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>139.283</b>	-
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	25	(2.226)	(393)	(22.357)	(393)
Resultado de equivalência patrimonial	10	62.853	-	-	-
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>60.627</b>	<b>(393)</b>	<b>116.926</b>	<b>(393)</b>
Resultado financeiro	26	(12)	-	(13.560)	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>60.615</b>	<b>(393)</b>	<b>103.366</b>	<b>(393)</b>
Imposto de renda e contribuição social	27	-	-	(44.804)	-
Imposto diferido	27	-	-	2.053	-
<b>Lucro líquido do exercício / (prejuízo) do período</b>		<b>60.615</b>	<b>(393)</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais</b>		<b>0,9885</b>	-	<b>0,9885</b>	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Way Concessões S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período entre 07 de outubro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)
<b>Lucro líquido do exercício / (prejuízo) do período</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício / período</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Way Concessões S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período entre 07 de outubro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	-	4.180	-	-	-	4.180
Prejuízo do período		-	-	-	-	393	(393)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)</b>		-	<b>4.180</b>	-	-	<b>(393)</b>	<b>3.787</b>
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	60.615	60.615
Constituição reserva legal	22	-	-	3.031	-	(3.031)	-
Constituição reserva de lucros	22	-	-	-	57.191	(57.191)	-
Aumento de capital social	22	59.623	-	-	-	-	59.623
Integralização de capital	22	295	(295)	-	-	-	-
Reembolso AFAC	22	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	22	-	-	-	(15.154)	-	(15.154)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>59.918</b>	<b>3.885</b>	<b>3.031</b>	<b>42.037</b>	-	<b>108.871</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Way Concessões S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período entre 07 de outubro de 2024 (data da constituição) e  
31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>	<b>103.366</b>	<b>(393)</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	-	-	2.600	-
Baixas líquidas de imobilizado	-	-	20	-
Provisão manutenção	-	-	5.852	-
Recursos vinculados	-	-	(4.002)	-
Juros e correções monetárias debêntures	-	-	19.810	-
Custo captação debêntures	-	-	1.172	-
Resultado de equivalência patrimonial	(62.853)	-	-	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	304	-
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(31.428)	-
Adiantamentos	5.047	(5.056)	4.761	(5.056)
Outros ativos	(1)	-	(51)	-
Despesas antecipadas	(4.591)	-	(4.897)	-
Fornecedores	2.993	39	11.026	39
Obrigações contratuais	-	-	4.627	-
Partes relacionadas	(2.511)	2.520	(2.845)	2.520
Obrigações sociais e tributárias	(13)	24	5.313	24
Outros passivos	-	-	16	-
Pagamentos juros debêntures	-	-	(12.269)	-
Imposto de renda e contribuição pagos	-	-	(38.395)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.314)</b>	<b>(2.866)</b>	<b>64.980</b>	<b>(2.866)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Investimentos	(59.621)	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado	-	-	(48.088)	-
Adições ao ativo intangível	-	-	(216.159)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(59.621)</b>	<b>-</b>	<b>(264.247)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital	59.623	-	59.623	-
AFAC	-	4.180	-	4.180
Captação de debêntures	-	-	208.000	-
Custo de captação de debêntures	-	-	(3.832)	-
Pagamento de principal Debêntures	-	-	(36.731)	-
Pagamento de arrendamentos	-	-	(360)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>59.623</b>	<b>4.180</b>	<b>226.700</b>	<b>4.180</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>(1.312)</b>	<b>1.314</b>	<b>27.433</b>	<b>1.314</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.314	-	1.314	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2	1.314	28.747	1.314
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>(1.312)</b>	<b>1.314</b>	<b>27.433</b>	<b>1.314</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Way Concessões S.A.

Demonstração do valor adicionado individuais e consolidados

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período entre 07 de outubro de 2024 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (não auditado)
<b>Receitas</b>				
Venda de serviços	-	-	224.850	-
Receitas acessórias	-	-	103	-
Receitas de construção - ativos da concessão	-	-	201.913	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>426.866</b>	<b>-</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos serviços prestados	-	-	(47.844)	-
Custo de construção - ativos da concessão	-	-	(201.913)	-
Materiais, energia, serviços e outros	(2.226)	(393)	(16.082)	(393)
Outras receitas não operacionais	-	-	(693)	-
<b>Total</b>	<b>(2.226)</b>	<b>(393)</b>	<b>(266.532)</b>	<b>(393)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(2.226)</b>	<b>(393)</b>	<b>160.334</b>	<b>(393)</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	-	-	(2.600)	-
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(2.226)</b>	<b>(393)</b>	<b>157.734</b>	<b>(393)</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	3	-	9.022	-
Resultado de equivalência patrimonial	62.853	-	-	-
<b>Total</b>	<b>62.856</b>	<b>-</b>	<b>9.022</b>	<b>-</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>60.630</b>	<b>(393)</b>	<b>166.756</b>	<b>(393)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>A - Pessoal e encargos</b>				
Remuneração direta	-	-	(9.232)	-
Benefícios	-	-	(4.268)	-
F.C.T.S.	-	-	(804)	-
Outros	-	-	(5.490)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.794)</b>	<b>-</b>
<b>B - Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	-	-	(50.975)	-
Municipais	-	-	(11.245)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(62.220)</b>	<b>-</b>
<b>C - Juros e aluguéis</b>				
Juros	(13)	-	(19.862)	-
Aluguéis	-	-	(1.738)	-
Outros	(2)	-	(2.527)	-
<b>Total</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>(24.127)</b>	<b>-</b>
<b>D - Remuneração do capital próprio</b>				
Lucro (prejuízo) do exercício	(60.615)	393	(60.615)	393
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(60.630)</b>	<b>393</b>	<b>(166.756)</b>	<b>393</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

Way Concessões S.A. (“Companhia”), constituída em 7 de outubro de 2024, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objeto social a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento. Trata-se de sociedade anônima de capital fechado, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações. O grupo, por meio de suas controladas, atua substancialmente na operação de concessões rodoviárias.

### 1.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e possui a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que esse controle cessa. As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas intragrupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

#### Estrutura do Grupo:

Empresas	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
<b>Participação direta</b>		
Rota da BR 262 MG S.A. - Sub-holding	100%	100%
Rota da BR 153 MG-GO - Sub-holding	100%	-
<b>Participação indireta</b>	100%	100%
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (Rota do Zebu)	100%	100%
Concessionaria Rota Sertaneja MG-GO S.A. (Rota Sertaneja)	100%	-

#### Principal atividade das investidas

##### Rota da BR 262 MG S.A.

A Rota da BR 262 MG S.A., constituída em 02 de dezembro de 2024, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento, controladora da Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A.

##### Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. - Rota do Zebu (Way 262)

A Concessionária da Rodovia BR 262 MG S.A. (“Way 262”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 164, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 02 de dezembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, da Rodovia BR 262/MG (km 360,1 ao km 799) do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário da BR-262/MG (Uberaba/MG – Betim/MG), entre o KM 360,1 e o KM 799,0, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-381 (C) em Betim e o entroncamento com a BR-050 (A)/464(A) em Uberaba, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão no 03/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão.

A Way 262 celebrou, em 14 de fevereiro de 2025, contrato de concessão pelo prazo de 30 anos, mediante licitação pública para operar a referida rodovia. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis segundo cláusulas específicas), desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente, as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2055. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Way 262, serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

Em razão do início das operações da Way 262 apenas em março de 2025, os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024 refletia exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes.

### **Rota da BR 153 MG-GO S.A.**

A Rota da BR 153 MG-GO S.A., constituída em 24 de novembro de 2025, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios e empreendimento, controladora da Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

### **Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. - Rota Sertaneja (Way 153)**

A Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. (“Way 153”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 122, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 24 de novembro de 2024, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário composto pelas BR 153-GO, BR 153-MG e BR 262-MG, do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário BR 153-GO, trecho entre o entroncamento com a GO-29 até divisa do Estado de Minas Gerais – Ponte Sobre o Rio Paranaíba (Div. MG/GO), BR 153-GO, trecho entre a Ponte sobre o Rio Paranaíba (Div. GO-MG) até o início da Ponte sobre o Rio Grande (MG-SP) e BR 262-MG, trecho entre o entroncamento com a BR-05MG (Uberaba-MG) até o entroncamento com a BR-153 (A) (P/Pouso Alto), nos termos, no prazo de 30 anos e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 04/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão.

A concessão tem o prazo previsto de término para março de 2056. No encerramento do contrato, os trechos rodoviários administrados pela Way 153, serão devolvidos ao Poder Concedente, não havendo previsão no contrato original de prorrogação.

## **2. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)), e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

A Companhia não possui registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todavia, por opção de governança corporativa, elabora e apresenta suas demonstrações contábeis observando a estrutura, o rito de apresentação e os padrões de evidenciação previstos nas normas expedidas pela CVM, aplicáveis aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 4.14 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 30 de março de 2026.

## **3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4. Políticas contábeis materiais**

### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **4.2. Contas a receber, controladas**

As contas a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros. A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas. Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

### **4.3. Imobilizado, controlada**

Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

### **4.4. Intangível, controlada**

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01/IFRIC12. Amortizado com base na curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida de acordo com o padrão de consumo dos benefícios econômicos, mensurado pela curva de tráfego estimada ao longo do prazo da concessão. As premissas de tráfego e demais inputs relevantes são revisados periodicamente e eventuais mudanças são reconhecidas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os valores registrados como “Gastos com leilão” no ativo intangível correspondem exclusivamente aos custos incorridos pela Companhia durante o processo licitatório e preparação da concessão.

#### **4.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01.

#### **4.6. Investimento em controlada**

Nas demonstrações contábeis individuais (“controladora”), os investimentos em controladas diretas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Nesse método, a parcela da Companhia nos resultados das investidas é reconhecida na demonstração do resultado e o valor contábil dos investimentos é ajustado no balanço patrimonial por:

**(i)** equivalência patrimonial; **(ii)** dividendos/JCP recebidos (que reduzem o investimento); e **(iii)** demais variações de patrimônio da investida reconhecidas diretamente no patrimônio da Companhia.

Nas demonstrações consolidadas, as controladas diretas e indiretas são consolidadas integralmente, com eliminação dos saldos de “Investimentos” da controladora contra o patrimônio líquido das investidas e eliminação integral de saldos, receitas e despesas intragrupo. Por essa razão, não se reconhece equivalência patrimonial no consolidado relativamente às subsidiárias (o resultado dessas investidas já se reflete nas linhas operacionais e financeiras consolidadas).

#### **4.7. Reconhecimento de receita**

##### **Receita de pedágio, controlada**

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimento e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contabilidade de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando a passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviços são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão e serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### **Receita de construção, controlada**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01/IFRIC12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### **Receitas acessórias, controlada**

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

##### **Receita de juros**

Para ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, a receita (ou despesa) de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva (TJE), que aloca, ao longo da vida do instrumento, a diferença entre o valor inicial e o valor a liquidar, descontando os fluxos de caixa contratuais (principal e juros) ao valor contábil do ativo ou passivo. Atualizações por índices (por exemplo, IPCA ou CDI) e a apropriação de custos de transação integram a TJE e são reconhecidas no resultado financeiro.

#### **4.8. Instrumentos financeiros**

A Companhia reconhece e mensura instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos Financeiros. Os instrumentos financeiros abrangem ativos financeiros (como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber) e passivos financeiros (como fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures), além de arrendamentos (vide política específica). Ativos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado quando o modelo de negócios é manter para receber e os fluxos contratuais representam somente pagamentos de principal e juros (SPPI); nos demais casos, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nem adota contabilidade de hedge. Informações detalhadas sobre mensuração, riscos e sensibilidade são apresentadas na Nota Explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

#### **4.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures.**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da Taxa de Juros Efetiva (TJE), reconhecendo-se os encargos financeiros no resultado na linha de resultado financeiro. Obrigações indexadas (por exemplo, IPCA ou CDI) são atualizadas conforme os respectivos índices; os efeitos de atualização e juros pela TJE são reconhecidos no resultado. Custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos pela TJE, compondo a remuneração efetiva. As obrigações são classificadas no passivo circulante quando exigíveis nos 12 meses seguintes após a data do balanço (ou quando houver descumprimento de covenants sem *waiver* recebido até a data do balanço); as demais são classificadas no passivo não circulante. Modificações substanciais de termos são tratadas como baixa do passivo original e reconhecimento de novo passivo; modificações não substanciais são contabilizadas por meio do ajuste no valor contábil com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

#### **4.10. Tributação**

##### **Imposto de renda e contribuição social**

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme a seguir:

Imposto de renda sobre lucro	15%
Adicional de imposto de renda sobre o lucro	10%
Contribuição social sobre o lucro	9%

##### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

#### **Impostos sobre vendas e aquisição de produtos e serviços, controlada**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<b>Alíquotas</b>
Contribuição para Seguridade Social (COFINS) - Cumulativa	3,00%
Programa de Integração Social (PIS) - Cumulativa	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

#### **4.11. Arrendamentos, controlada**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

##### **Ativos de direito de uso, controlada**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

### **Passivos de arrendamento, controlada**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

### **4.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

### **4.13. Provisão de manutenção – Contratos de concessão, controlada**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

#### **4.13.1. Provisões gerais**

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

#### **4.13.2. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber;
- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros;
- Reconhecimento de impostos diferidos considerando expectativa de geração de lucro tributável futuro;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

#### **4.15. Resultado básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado por ações diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações levando em consideração opções, conversíveis (títulos e quotas) e outros títulos que poderiam criar diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o número de ações durante o exercício apresentado.

#### **4.16. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura ICPC 01 (R1) /IFRIC12**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) /IFRIC12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) /IFRIC12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. A companhia não tem nenhum direito contratual até a data desta informação financeira.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. A companhia não tem nenhum direito a um ativo financeiro até a data desta informação financeira.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e manutenção em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

O valor ofertado no leilão que antecede a assinatura do contrato de concessão (“Lance do Leilão”) é depositado em uma conta bancária específica, de movimentação restrita, administrada por instituição financeira designada e com uso exclusivo para finalidades previstas no contrato de concessão. Embora a conta seja registrada em nome da Companhia, sua movimentação é controlada pelo Poder Concedente, não constituindo caixa disponível ou recurso de livre utilização pela Companhia.

Esse depósito não é classificado como ativo intangível, tampouco representa pagamento de outorga fixa no sentido tradicional e não gera obrigação contratual parcelada. Em razão das restrições de uso e da finalidade regulatória, o valor correspondente é reconhecido como ativo financeiro restrito, apresentado em “Depósitos Vinculados” no ativo não circulante.

Parte da receita bruta da concessão deve ser destinada automaticamente a contas vinculadas mantidas junto ao Banco Depositário. Esses valores são destinados exclusivamente ao atendimento dos mecanismos contratuais, tais como compensações, reequilíbrios econômico-financeiros e demais obrigações regulatórias. Esses montantes não representam outorga variável ou obrigação com o Poder Concedente.

## **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.**

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

### **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade**

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### **Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09**

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

### **OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização**

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

### **5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes**

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- Lei no 14.789/2023 / MP 1.185/2023  
Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.
- CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/COFINS)  
Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.
- Pilar Dois – GloBE / Lei no 15.079/2024  
Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Caixa geral (praças e sede)	-	-	309	-
Bancos - Conta corrente	2	1.314	260	1.314
Bancos - Aplicação	-	-	28.178	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1.314</b>	<b>28.747</b>	<b>1.314</b>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com remuneração entre 95% e 110% do CDI, em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital.

## 7. Contas a receber

	Consolidado 31/12/2025
Pedágio eletrônico	30.971
Cartões débito, crédito e PIX	428
Outros	29
<b>Total</b>	<b>31.428</b>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação a receber de operadoras de cartão e cobranças automatizadas nas praças de pedágio.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, dada ausência de histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias. A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A arrecadação de pedágio na companhia, teve início em 21 de março de 2025, por isso inexistem saldos comparativos de recebíveis.

## 8. Despesas antecipadas

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Seguros a apropriar <b>(i)</b>	-	305
Estudos de projetos <b>(ii)</b>	4.591	4.592
<b>Total</b>	<b>4.591</b>	<b>4.897</b>

**(i)** Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

**(ii)** Despesas com estudos projetos de concessões, para reembolso junto aos novos projetos.

## 9. Recursos vinculados

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
<b>Saldo inicial</b>	-
Depósitos de recursos vinculados	3.875
Rendimentos dos recursos vinculados	127
<b>Total</b>	<b>4.002</b>

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a 2% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusivamente as seguintes finalidades:

- i) Compensações decorrentes de Desconto de Usuário Frequentemente (DUF);
- ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado a Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

## 10. Investimentos

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir.

Controlada	% Participação	Controle	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Rota da BR 262 MG S. A - Sub-holding	100%	Participação direta	303.075	195.527	107.548	62.853
Concessionária da Rodovia BR 262 MG S. A	100%	Participação indireta	335.213	32.637	302.576	84.429
Rota da BR 153 MG-GO - Sub-holding	100%	Participação direta	1	-	1	-
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.	100%	Participação indireta	1	-	1	-

### Movimentação

	Saldo inicial 31/12/2024 (não auditado)	Aportes/Integralização de capital nas controlas	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos/JCP a receber das investidas	Saldo final 31/12/2025
Movimentação controle direto					
Rota da BR 262 MG S. A - Sub-holding	-	59.622	62.853	(14.929)	<b>107.546</b>
Rota da BR 153 MG-GO - Sub-holding	-	1	-	-	<b>1</b>
<b>Total</b>					<b>107.547</b>

## 11. Direito de uso

### a) Composição

	Consolidado				Líquido	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024	
					(Não auditado)	
Imóveis (i)	10,00%	2.429	(243)	2.186	-	

(i) Direito de uso referente a locação de prédios administrativos.

### b) Movimentação

Custo	Consolidado
	Imóveis
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)</b>	-
Adição	2.429
Amortização	(243)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(243)</b>
<b>Valor residual líquido</b>	
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.186</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. Imobilizado****a) Composição consolidado**

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Equipamentos e instalações	10%	2.898	(86)	2.812	-
Móveis e utensílios	10%	939	(33)	906	-
Veículos	10 e 20%	13.386	(1.466)	11.920	-
Computadores e periféricos	20%	3.611	(253)	3.358	-
Outros imobilizados	4%	2.219	(35)	2.184	-
Adiantamento a fornecedores (i)	-	25.015	-	25.015	-
<b>Total</b>		<b>48.068</b>	<b>(1.873)</b>	<b>46.195</b>	<b>-</b>

(i) Adiantamentos a fornecedores de aquisição de bens para composição do ativo imobilizado (veículos, computadores, máquinas e equipamentos).

**b) Movimentação consolidado**

Custo	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros imobilizados em bens de terceiros	Adiantamento a fornecedores	Em andamento	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	2.926	1.058	13.104	2.592	200	25.637	2.275	<b>47.792</b>
Transferências	(28)	(119)	282	743	2.019	(622)	(2.275)	-
Transferências Intangível	-	-	-	297	-	-	-	<b>297</b>
Baixas	-	-	-	(21)	-	-	-	<b>(21)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.898</b>	<b>939</b>	<b>13.386</b>	<b>3.611</b>	<b>2.219</b>	<b>25.015</b>	-	<b>48.068</b>
Depreciação	(86)	(33)	(1.466)	(254)	(35)	-	-	<b>(1.874)</b>
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	<b>1</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(86)</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.466)</b>	<b>(253)</b>	<b>(35)</b>	-	-	<b>(1.873)</b>
<b>Valor residual líquido</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.812</b>	<b>906</b>	<b>11.920</b>	<b>3.358</b>	<b>2.184</b>	<b>25.015</b>	-	<b>46.195</b>

### 13. Intangível

#### a) Composição consolidado

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Recuperação	3,41%	126.447	-	126.447	-
Operação	3,41%	100	-	100	-
Melhoramentos	3,41%	19.217	-	19.217	-
Gastos com leilão	3,35%	12.270	(272)	11.998	-
Software	20,00%	1.975	(211)	1.764	-
<b>Total</b>		<b>160.009</b>	<b>(483)</b>	<b>159.526</b>	<b>-</b>

#### b) Movimentação consolidado

Custo	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Gastos com leilão	Software	Total do Intangível
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)</b>	-	-	-	-	-	-
Adição	-	-	-	12.270	1.975	<b>14.245</b>
Transferências construção	126.447	100	19.217	-	-	<b>145.764</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>126.447</b>	<b>100</b>	<b>19.217</b>	<b>12.270</b>	<b>1.975</b>	<b>160.009</b>
Amortização	-	-	-	(272)	(211)	<b>(483)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(272)</b>	<b>(211)</b>	<b>(483)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>126.447</b>	<b>100</b>	<b>19.217</b>	<b>11.998</b>	<b>1.764</b>	<b>159.526</b>

### 14. Intangível em construção

#### a) Composição consolidado

	Custo	Líquido	
		31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Em construção	56.149	56.149	-

#### b) Movimentação consolidado

Custo	Intangível em construção
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)</b>	-
Adição	202.210
Transferências ativo	(297)
Transferências intangível	(145.764)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>56.149</b>

## 15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	31/12/2025	(Não auditado)	31/12/2025	(Não auditado)
Operações	-	-	184	-
Infraestrutura e sistemas	-	-	7.480	-
Diversos	3.032	39	3.401	39
<b>Total</b>	<b>3.032</b>	<b>39</b>	<b>11.065</b>	<b>39</b>

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias. Em 31 de dezembro de 2025 não há saldo de fornecedores em aberto, com partes relacionadas.

## 16. Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	31/12/2025	(Não auditado)	31/12/2025	(Não auditado)
<b>Tributárias:</b>				
Imposto de renda	-	-	4.541	-
Contribuição social	-	-	1.868	-
PIS	-	-	211	-
COFINS	-	-	980	-
ISS	-	-	1.680	-
Impostos retidos terceiros	11	24	781	24
<b>Total das obrigações tributárias</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>10.061</b>	<b>24</b>
<b>Sociais:</b>				
INSS	-	-	347	-
IRRF	-	-	74	-
FGTS	-	-	86	-
Provisões férias e 13o salário	-	-	1.178	-
<b>Total das obrigações sociais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.685</b>	<b>-</b>
<b>Total com obrigações</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>11.746</b>	<b>24</b>

## 17. Obrigações contratuais

	Consolidado
	31/12/2025
Verba de fiscalização <b>(a)</b>	625
Recursos vinculados <b>(b)</b>	4.002
<b>Total</b>	<b>4.627</b>
<b>Total curto prazo</b>	<b>625</b>
<b>Total longo prazo</b>	<b>4.002</b>

**(a)** Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, a Companhia deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada a cobertura das despesas de fiscalização da concessão, o recolhimento se dará sempre até o 5º dia útil do mês subsequente, através de GRU específica em nome do poder concedente

**(b)** Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido a longo prazo de todo o contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente a retenção de 2% sobre os créditos vinculados a receita, maiores informações, vide Nota Explicativa nº 9.

## 18. Debêntures

### Composição consolidado

Rubrica	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025
Debêntures 1ª Emissão	15/01/2025	15/01/2027	DI + 2,60% a.a.	62.569
Debêntures 2ª Emissão	18/09/2025	12/09/2027	DI + 2,52% a.a.	113.581
<b>Total não circulante</b>				<b>176.150</b>

### Movimentação consolidado

	1ª Emissão 31/12/2025	2ª Emissão 31/12/2025	Total 31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	-	-	-
Captação	98.000	110.000	<b>208.000</b>
Provisão de juros e correção	14.540	5.270	<b>19.810</b>
(-) Pagamento de principal	(36.731)	-	<b>(36.731)</b>
(-) Pagamento de juros	(12.269)	-	<b>(12.269)</b>
(-) Custo captação	(1.865)	(1.967)	<b>(3.832)</b>
Amortização custo captação	894	278	<b>1.172</b>
<b>Saldo final</b>	<b>62.569</b>	<b>113.581</b>	<b>176.150</b>

### Vencimentos das parcelas (principal e encargos) consolidado

Ano de vencimento	31/12/2025			Total
	Principal	Juros	Custo	
2027	171.269	7.541	(2.660)	<b>176.150</b>

Em 2025, a Companhia realizou, por sua controlada, duas emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, ambas com garantia real, em série única e distribuídas no rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. As emissões foram direcionadas exclusivamente a Investidores Profissionais.

#### Debêntures - Rota da BR 262 MG S.A.

Características da Emissão e da Oferta

##### 18.1. 1ª Emissão de Debêntures

A 1ª emissão foi realizada em 15 de janeiro de 2025, totalizando R\$98.000, composta por 98.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, conforme Escritura de Emissão celebrada em 09 de janeiro de 2025.

##### a) Características principais

- **Natureza:** Debêntures simples, não conversíveis, com garantia real e garantia fidejussória adicional;
- **Valor nominal unitário:** R\$1;
- **Data de emissão:** 15 de janeiro de 2025;
- **Vencimento:** 24 meses a partir da Emissão.

- **Remuneração:**

- 100% da Taxa DI + 2,60% a.a.;
- juros calculados de forma exponencial, cumulativa, *pro rata temporis*, base 252.

- **Pagamento dos juros:** em parcela única no vencimento;

- **Amortização:** parcela única no vencimento;

Embora as escrituras das 1ª e 2ª emissões estabeleçam que tanto os juros quanto a amortização do principal seriam pagos integralmente no vencimento, em 14 de outubro de 2025 a Companhia realizou liquidação antecipada parcial da 1ª emissão, no montante de R\$ 36.731, liquidando o respectivo valor de principal. Essa liquidação extraordinária não altera as condições gerais de vencimento previstas originalmente, tratando-se apenas de pagamento antecipado facultado pela disponibilidade de caixa da Companhia.

- **Rating:** não aplicável.

## **b) Garantias**

A 1ª emissão conta com: **(i)** garantias reais; e **(ii)** garantia adicional fidejussória da acionista (Way Concessões/Rotas do Brasil), limitada a 51% das obrigações garantidas.

### **Garantias reais**

1. Alienação fiduciária das ações da Emissora (100% do capital), outorgada pela acionista.
2. Alienação fiduciária das ações da SPE (100% do capital), outorgada pela Emissora.
3. Alienação fiduciária dos direitos econômicos decorrentes das ações.
4. Cessão fiduciária de contas vinculadas (Contas Vinculadas Emissora e Way Concessões).
5. Cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão, incluindo receitas de pedágio, indenizações e receitas acessórias (podendo ser executadas sem prejuízo à continuidade do serviço público).

Todas as garantias estão devidamente registradas conforme previsto na Escritura.

## **18.2. 2ª Emissão de debêntures**

A 2ª emissão foi realizada em 12 de setembro de 2025, totalizando R\$110.000, composta por 110.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, conforme Escritura de Emissão datada da mesma data.

### **a) Características principais**

- **Natureza:** debêntures simples, não conversíveis, com garantia real, em série única.
- **Valor nominal unitário:** R\$1.000,00.
- **Data de emissão:** 12 de setembro de 2025.
- **Vencimento:** 24 meses a partir da emissão – 12 de setembro de 2027.
- **Remuneração:**
  - 100% da Taxa DI + 2,52% a.a.;
  - juros calculados de forma exponencial, cumulativa, *pro rata temporis*, base 252.
- **Pagamento dos juros:** em parcela única no vencimento.
- **Amortização:** parcela única no vencimento.
- **Rating:** não aplicável.

## b) Garantias

A 2ª emissão compartilha integralmente as mesmas garantias reais da 1ª Emissão, mediante Contratos de Compartilhamento de Garantias, sem ordem de prioridade entre as séries.

Incluem-se:

- Cessão fiduciária das contas vinculadas (Emissora e Way Concessões);
- Alienação fiduciária das ações da Emissora e da SPE;
- Alienação fiduciária dos direitos econômicos correspondentes;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios da Concessão.

## c) Destinação dos recursos

Os recursos líquidos da 2ª emissão foram integralmente destinados ao aporte de capital na SPE Way 262, conforme previsto no Edital de Concessão nº 03/2024 da ANTT.

### 18.3. Covenants e obrigações contratuais

A Companhia está sujeita a obrigações operacionais e financeiras previstas nas Escrituras, incluindo:

- manutenção das garantias reais e fidejussórias;
- destinação dos recursos conforme previsto;
- entrega de informações periódicas ao agente fiduciário;
- restrições à distribuição de dividendos em caso de descumprimento de obrigações;
- acesso do agente fiduciário à documentação e informações relevantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com todas as cláusulas contratuais.

## 19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas ocorrem entre as Companhias do Grupo Way, acionista da Way Concessões S.A. (4Road Concessões S.A.) e Concessionária da Rodovia do Leste do MS, Companhia cujo acionistas da 4Road Concessões são acionistas. As transações são referentes a pagamento de despesas das Companhia relacionadas e são mensuradas substancialmente a valores de mercado.

	Controladora			
	Contas a pagar		Contas a receber e adiantamentos	
		31/12/2024		31/12/2024
	31/12/2025	(Não auditado)	31/12/2025	(Não auditado)
Concessionária da Rodovia BR 262 MG <b>(f)</b>		(9)	-	-
<b>Consolidado</b>				
	Contas a pagar		Contas a receber e adiantamentos	
		31/12/2024		31/12/2024
	31/12/2025	(Não auditado)	31/12/2025	(Não auditado)
	4Road Concessões S.A. <b>(a)</b>	-	-	5
Concessionária da Rodovia MS <b>(b)</b>	-	-	26	-
Concessionária da Rodovia do Leste <b>(b)</b>	-	-	30	-
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO <b>(c)</b>	-	-	144	-
Rota da BR 153 MG-GO <b>(c)</b>	-	-	120	-
Kinea Fip Master	-	1.756	-	1.756
Kinea Fip Private	-	764	-	764
<b>Total</b>	-	<b>2.520</b>	<b>325</b>	<b>2.520</b>
Circulante	-	2.520	61	2.520

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Contas a pagar		Contas a receber e adiantamentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Não auditado)		(Não auditado)
<b>Não Circulante</b>	-	-	<b>264</b>	-

**a)** Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários. Não há remuneração sobre esses pagamentos e serão reembolsados em 12 meses.

**b)** Referente a pagamento de mensalidade de plano de saúde corporativa, conforme rateio.

**c)** Referente a pagamento de despesas com custas de constituição, e custas de emissão de financiamento.

**Contratos com parte relacionadas consolidado**

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado	Saldo
Obras de restauração da rodovia		25.163	(25.163)	-

Consórcio TORC SENPAR 262, contrato de prestação de serviços com objeto de empreitada para reparos superficiais e profundos localizado, na rodovia BR 262, em área aproximadamente de 438,9km, saldo em 31 de dezembro de 2025.

O valor de R\$25.163 realizado no exercício está compondo o valor de R\$159.526, do Intangível, Nota Explicativa nº 13. Prazo para execução de 08 (oito) meses.

**Remuneração do pessoal-chave da administração consolidado**

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 3 diretores, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, as despesas pagas com esses administradores foram de R\$160 (cento e sessenta mil reais).

**20. Passivo de arrendamentos**

Arrendamentos a pagar	Consolidado 31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	-
Adições	2.429
Pagamento	(360)
Juros sobre os arrendamentos a pagar	304
<b>Saldo final</b>	<b>2.373</b>
Passivo circulante	300
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.073</b>

Os arrendamentos são referentes a locação das sedes administrativas. O prazo de duração do contrato é de 10 anos (120 meses), com pagamento mensal de R\$30, corrigido anualmente pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses.

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos de direito de uso são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando uma taxa de desconto, estimada pela administração pelo custo incremental dos empréstimos, de 13,40%, além de considerar uma inflação média de 4,75% a.a. no aniversário do contrato (o que ainda não ocorreu).

### Cronograma de pagamento dos arrendamentos

2026	380
2027	396
2028	411
2029 a 2035	1.186

## 21. Provisão para manutenção

As concessões da Companhia possuem a obrigação contratual de as condições de conservação e manutenção da rodovia estabelecidas pelos respectivos Programas de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2030 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de desconto de 10,63% a.a., mais correção anual pelo IPCA.

### a) Composição

	Consolidado
	31/12/2025
Provisão para manutenção - não circulante	5.852

### b) Movimentação

	Consolidado
	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	-
Provisão para manutenção	5.610
AVP provisão manutenção	242
<b>Saldo final</b>	<b>5.852</b>

## 22. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi sendo integralizado ao longo de 2025. Considerando os aportes realizados no exercício, o capital social integralizado totalizava R\$59.918 em 31 de dezembro de 2025 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

### Capital social integralizado

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
4 Road Concessões S.A.	57.370.757/0001-94	Brasil	51,00%	30.558	30.558
Kinea Investimentos	42.754.355/0001-16	Brasil	49,00%	29.350	29.360
<b>Total</b>		<b>Brasil</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.918</b>	<b>59.918</b>

- Em 14 de janeiro de 2025, houve uma integralização de R\$33.471 de capital, em 28 de maio de 2025, houve uma integralização de R\$297 de capital e em 18 de setembro de 2025, houve uma integralização de R\$26.150 de capital, destas apenas R\$295 proveio da absorção de AFACs os demais aportados em espécie pelos acionistas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Adiantamento para futuro aumento de capital**

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
4 Road Concessões S.A.	57.370.757/0001-94	Brasil	51,00%	1.981	1.981
Kinea Investimentos	42.754.355/0001-16	Brasil	49,00%	1.904	1.904
<b>Total</b>		<b>Brasil</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.885</b>	<b>3.885</b>

**b) Reserva legal**

Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do período, até que atinja 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2025 constituído o valor de R\$3.031. Em 31 de dezembro de 2024, não havia reserva legal constituída.

**c) Reserva de lucros - Lucros retidos**

A constituição das reservas de lucros decorre da destinação do resultado do exercício, a ser deliberada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto na Lei no 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reteve lucros no montante de R\$ 42.037, com base no plano de reinvestimento aprovado pela Administração, destinado a suportar as necessidades de capital de giro e os investimentos previstos para o exercício subsequente. A retenção tem por finalidade assegurar os recursos necessários à manutenção das operações e à execução do orçamento de capital aprovado. Em 31 de dezembro de 2024, não havia reservas de lucros constituídas.

**a) Dividendos**

Nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou dividendos a distribuir no montante de R\$15.154. Em 31 de dezembro de 2024, não havia dividendos a distribuir.

## 23. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48/IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado</b>			
Equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira)	6	28.438	- Custo amortizado
Contas receber	7	31.428	- Custo amortizado
Partes relacionadas	19	325	- Custo amortizado
<b>Ativos e passivos financeiros ao custo</b>			
<b>amortizado custo valor justo é divulgado</b>			
Fornecedores	15	11.065	- Custo amortizado
Passivo de arrendamentos	20	2.373	- Custo amortizado
Debêntures	18	176.150	- Custo amortizado

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

### Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

#### Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

#### Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

### **Risco regulatório**

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

### **Análise de sensibilidade**

Para fins de avaliação da sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras aos quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025, a Administração definiu o cenário mais provável para a evolução do CDI para os 12 meses subsequentes, com base em premissas internas e nas expectativas de mercado disponíveis na data-base. As análises de sensibilidade adicionais foram preparadas exclusivamente para uso interno da Administração, sendo divulgada nas demonstrações contábil apenas a projeção considerada como cenário mais provável.

### **Receitas e despesas financeiras**

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Projeção das receitas financeiras consolidada**

	Indexador	Queda de 25% Cenário II	Queda de 50% Cenário I	Base case Cenário Provável	Aumento de 25% Cenário III	Aumento de 50% Cenário IV
	CDI - %	11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%

Projeção das receitas financeiras - 2025							
	Taxa de Remuneração	Saldo principal 31/12/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Aplicação - Controladora	CDI	<b>499</b>	56	37	75	94	112
Aplicação - Way 262	CDI	<b>27.675</b>	3.113	2.076	4.151	5.189	6.227
<b>Total aplicado</b>		<b>28.174</b>	<b>3.169</b>	<b>2.113</b>	<b>4.226</b>	<b>5.283</b>	<b>6.339</b>

**Despesas financeiras**

**Projeção das receitas financeiras consolidado**

	Indexador	Queda de 25% Cenário II	Queda de 50% Cenário I	Base case Cenário provável	Aumento de 25% Cenário III	Aumento de 50% Cenário IV
		11,25%	7,50%	15,00%	18,75%	22,50%
	2,60% a.a.	-	-	2,60%	-	-
	2,52% a.a.	-	-	2,52%	-	-

Projeção das Despesas Financeiras - 2025							
	Taxa de juros	Saldo principal 31/12/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures - Sub 262	DI + 2,60% a.a.	<b>62.569</b>	8.666	6.319	11.012	13.358	15.705
Debêntures - Sub 262	DI + 2,52% a.a.	<b>113.581</b>	15.640	11.381	19.899	24.159	28.418
<b>Total empréstimos</b>		<b>176.150</b>	<b>24.306</b>	<b>17.700</b>	<b>30.911</b>	<b>37.517</b>	<b>44.123</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
Receitas de pedágios	224.850
Receitas de construção - ativos da concessão	201.913
Receitas acessórias	103
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>426.866</b>
Impostos incidentes sobre serviços	(19.045)
<b>Receita líquida</b>	<b>407.821</b>

**25. Custos e despesas por natureza**

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
<b>Custo operacional</b>	
Custo de construção - ativos da concessão	(201.913)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(14.956)
Custo operacional de rodovias	(21.338)
Custo com pessoal	(15.872)
Seguros	(2.767)
Custos contratuais da concessão	(9.850)
Amortização intangível	(396)
Depreciação ativo imobilizado	(1.446)
<b>Total</b>	<b>(268.538)</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>De 7/10/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>De 7/10/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Despesas com pessoal	-	-	(3.922)	-
Serviços de terceiros	(1.852)	-	(10.343)	-
Material e equipamentos	(5)	-	(1.682)	-
Despesas gerais	(369)	(393)	(4.959)	(393)
Outras despesas não operacionais	-	-	(693)	-
Amortização direitos de uso	-	-	(243)	-
Amortização intangível	-	-	(87)	-
Depreciação ativo imobilizado	-	-	(428)	-
<b>Total</b>	<b>(2.226)</b>	<b>(393)</b>	<b>(22.357)</b>	<b>(393)</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Resultado financeiro**

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicação	3	8.825
Outros	-	197
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>9.022</b>
<b>Despesas</b>		
Juros e amortização do custo de captação de debêntures	-	(20.982)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(424)
Juros sobre arrendamentos	-	(304)
AVP Provisão manutenção	-	(242)
Outros	(15)	(934)
<b>Total</b>	<b>(15)</b>	<b>(22.582)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(12)</b>	<b>(13.560)</b>

**27. Imposto de renda e contribuição social**

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	De 7/10/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>	<b>60.615</b>	<b>(393)</b>	<b>103.366</b>	<b>(393)</b>
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda calculada pela alíquota vigente</b>	<b>(20.609)</b>	<b>134</b>	<b>(35.144)</b>	<b>134</b>
<b>Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões)</b>				
Ajuste equivalência patrimonial	21.370	-	-	-
Base negativa	(761)	(134)	(8.097)	(134)
Adições/exclusões permanentes	(761)	(134)	(8.282)	-
Incentivos fiscais: patrocínio Lei Rouanet	-	-	675	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(42.751)</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(44.804)</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.053</b>	<b>-</b>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferido**

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
<b>Ativo</b>	
Diferenças temporárias sobre arrendamentos	63
Diferenças temporárias sobre provisão manutenção	1.990
<b>Total</b>	<b>2.053</b>

## 28. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “all risks” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

<b>Consolidado</b>				
<b>Seguradora</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor prêmio</b>	<b>Valor cobertura</b>
Pottencial Seguradora S.A.	Garantia	De 01/02/2025 a 02/02/2026	567	236.000
Tokio Marine Seguradora S.A.	Resp. civil geral	De 01/02/2025 a 02/02/2026	598	10.000
Chubb Seguros do Brasil S.A.	Riscos operacional	De 01/02/2025 a 02/02/2026	1.916	30.000
Axa Seguros S.A.	Riscos engenharia	De 01/02/2025 a 01/02/2026	109	118.105
<b>Total</b>				<b>394.105</b>

## 29. Compromissos com a concessão

### a) Investimentos contratuais

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pórticos de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no (PER) Programa de Exploração Rodoviária.

### b) Verba de Fiscalização

Refere-se a verba de fiscalização recolhida a ANTT ao longo de todo o prazo da concessão, com o objeto de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. A tabela a seguir apresenta a previsão de valores a pagar dividido em 12 parcelas iguais e mensais, o valor e corrigido com base no índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Esses valores estão estimados com base nos valores do ano de 2025.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Período	Consolidado
	Valor
De março a dezembro de 2025	5.848
2026	7.501
2027	7.501
2028	7.501
De 2029 a março de 2055	180.024
<b>Total</b>	<b>208.375</b>

### 30. Provisão para contingências

A Companhia não é parte em processos de natureza cível ou de qualquer outra natureza decorrentes do curso de suas operações. Dessa forma, não há contingências registradas ou classificadas como de perda possível, provável ou remota. A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos e, quando necessário, de especialistas externos, realiza periodicamente a avaliação do ambiente jurídico aplicável às atividades da Companhia, assegurando que eventuais riscos processuais sejam tempestivamente identificados e tratados. No entanto, até a presente data, não foram identificadas demandas que exijam a constituição de provisão para riscos processuais.

### 31. Transações que não afetaram caixa

Conforme requerido pelo CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a Companhia evidencia a seguir as transações que, embora relevantes, não envolveram movimentação de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, não estão apresentadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Transações não monetárias ocorridas no período:

- Dividendos declarados e não pagos no valor de R\$15.154, reconhecidos como obrigação no passivo circulante;
- Reconhecimento de dividendos a receber, no valor de R\$14.927, cuja entrada de caixa ocorrerá em período subsequente.
- Reconhecimento de novos contratos de arrendamentos a pagar e correspondentes direitos de uso R\$2.429

### 32. Eventos subsequentes

#### a) Aumento de capital

Em 21 de janeiro de 2026, foi deliberado e integralizado aumento de capital no montante de R\$ 221.929, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital não resultou em alteração na estrutura de controle da Companhia, permanecendo inalteradas as participações acionárias proporcionais dos atuais acionistas, uma vez que todas as novas ações foram subscritas e integralizadas pelos mesmos acionistas na proporção de suas participações prévias.

\* \* \*